

Educação de Jovens e Adultos no Campus Pelotas do Instituto Federal Sul-rio-grandense: A proposta inicial vem sendo cumprida?

Juliana Roldão Bittencourt

Maria Cecília Pereira Isaacsson

Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas

Resumo:

O presente trabalho se propõe a traçar um percurso histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, e refletir sobre a implementação dessas políticas no Campus Pelotas do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). Com base neste percurso, verificar como vem se estruturando, no que tange aos seus objetivos gerais, o Curso Técnico em Execução, Conservação e Restauro, na modalidade PROEJA, tendo por base o seu Projeto Pedagógico a partir do olhar do estudante. Para essa análise utilizamos como metodologia a pesquisa de caráter qualitativo com referenciais teóricos acerca da temática abordada, tomando por referência dados quantitativos. Quanto à coleta de dados, usamos técnicas de pesquisa como observação participante e aplicação de um questionário (misto) junto às duas turmas do referido curso de PROEJA, com o objetivo de analisar questões como o sentimento e as expectativas dos alunos em relação ao curso e ao ambiente escolar. Ao final da pesquisa, após a análise das respostas do instrumento aplicado, juntamente com o exame das informações relevantes sobre o assunto, chegamos à conclusão de que a proposta inicial vem sendo mantida. Entretanto, destacamos que apesar da Instituição desenvolver um importante trabalho dentro do Programa de EJA, faz-se necessário uma (re)avaliação e (re)estruturação das propostas do Curso, uma vez que os próprios alunos apontam a necessidade de mais aulas práticas, e ressaltam que, embora sintam-se integrados à escola e aos professores, não se encontram inteiramente satisfeitos.

Palavras-chave: PROEJA; Educação de Jovens e Adultos; Educação Profissional.

Introdução

Abordar a temática da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é discorrer sobre um tema que suscita, em si, questões muito complexas. Para fundamentar essa abordagem é preciso trazer alguns elementos importantes de sua trajetória político-pedagógica e compreender o contexto histórico (movimentos sociais e políticos) do Brasil, na época de sua implementação. Faz-se necessário também, desprendermo-nos da visão tradicional e homogênea, que se pauta pela mera transmissão de conhecimentos, e permeia ainda, muitos cotidianos e currículos escolares, a fim de conseguirmos estabelecer novos olhares sobre essa modalidade de educação, seus contextos e desdobramentos.

O presente artigo se propõe a traçar um breve percurso histórico da Educação de Jovens e Adultos, desde seu surgimento até sua implementação dentro do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (PROEJA), no Campus

Pelotas do Instituto Federal Sul-rio-grandense. A partir deste espaço, verificar como vem se estruturando o Curso Técnico em Execução, Conservação e Restauro, tendo como base o seu Projeto Pedagógico no que tange aos objetivos gerais, a partir do olhar do estudante.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil – Um breve histórico

A década de 1930 foi marcada por diversas mudanças no cenário brasileiro. Beisiegel (1989, p. 7) refere-se a esse período como “início de uma etapa decisiva na reformulação do poder público no Brasil”. Contudo, passaremos a destacar apenas as mudanças cujas implicações ocasionaram em modificações para os processos educacionais.

A expansão do capitalismo e um processo de crescente industrialização e urbanização das cidades ocasionou uma forte necessidade de mão de obra barata. Entretanto, as taxas de analfabetismo e o difícil acesso das camadas mais baixas da população aos bancos escolares, representaram obstáculos ao longo deste processo.

O governo brasileiro, sentindo-se pressionado pela necessidade de capacitar, ainda que “minimamente”, a população mais carente para o trabalho, passa a tomar medidas para ampliar as vagas e o acesso dessa população à educação. A administração pública viabilizou a evolução das escolas secundárias, movida por questões muito mais políticas do que educacionais. No entanto, os resultados de toda essa mobilização, deixaram diversas marcas e mudanças no cenário educacional da época. (BEISIEGEL, 1989)

Em 1934, a promulgação da Constituição representou um importante marco, pois através dela, o Estado firmou seu compromisso com a educação, bem como assegurou a fixação de um plano nacional, no qual se deveriam cumprir diversas normas, dentre elas, o ensino primário integral gratuito e extensivo aos adultos, conforme dispõe o artigo 150, Parágrafo Único, alínea “a”. (BRASIL, 1934)

Podemos destacar que na época em que foi pensada a referida Constituição, o constituinte se preocupou em resguardar um capítulo para tratar especificamente da educação e da cultura dentro do Título V, o que demonstra a inquietação sobre o “alcance” da educação desde então.

A seguir, em 1937, houve a criação do Estado Novo pelo governo de Getúlio Vargas, que se estendeu até outubro de 1945. (HENN; NUNES, 2013) Durante esse período, a atuação centralizadora do Estado teve grande influência também sobre a educação, mantendo-se os princípios “desenvolvimentistas” e “nacionalistas”, sob a marca de uma forte

industrialização, mesmo após a transição do Estado Novo, para a ordem republicana. (BEISIEGEL, 1989)

Em 1947, o Ministério da Educação e Saúde passou a promover a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) cujo objetivo principal era levar a educação de base a todos os brasileiros analfabetos, tanto das cidades quanto das áreas rurais. (BEISIEGEL, 1989)

O processo deveria ir muito além do que apenas alfabetizar adultos, deveria conduzi-los a adquirir conhecimento capaz de contribuir para seu “ajustamento social”, isto é, uma educação para cumprir determinadas finalidades, elencadas pelo Estado: “suas origens ideológicas e suas funções de ‘controle social’ ou, em outras palavras, suas dimensões políticas, no sentido mais amplo do conceito.” (BEISIEGEL, 1989, p. 7)

A educação oferecida na época tinha um caráter muito mais quantitativo, do que qualitativo. É importante ressaltarmos que durante os anos 50 e 60, houve uma forte atuação de movimentos sociais no país, os quais imprimiram suas marcas e influenciaram também a atuação dos governantes da época (FÁVERO, 2006). Podemos citar movimentos como o de Cultura Popular¹ e o de Educação de Base², entre outros que foram decisivos para a defesa das classes menos favorecidas e para a conscientização social, buscando não apenas a alfabetização, mas a formação de um cidadão crítico e consciente de si e da realidade a sua volta.

Ainda na década de 1960, mais especificamente em dezembro de 1961, com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estado passa a comprometer-se de maneira mais efetiva com a educação, uma vez que assegura o direito a ela através da: “obrigação do poder público [...] de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor;” e ainda “pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis [...] de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos.” (BRASIL, 1961)

¹ O Movimento de Cultura Popular – MCP foi criado em maio de 1960, se tratava de instituição sem fins lucrativos. Este movimento foi influenciado principalmente por obras e autores franceses, e suas atividades possuíam o condão de conscientizar as massas através da alfabetização e educação de base. (GASPAR, 2009)

² O Movimento Educação de Base – MEB foi criado 1961, com o apoio do Governo Federal, tinha a finalidade de desenvolver programa de alfabetização e educação de base, por meio de escolas radiofônicas, a partir de emissoras católicas. Decorridos dois anos de atuação houve alteração radicalmente seus objetivos e métodos de ação, aliando-se a outros movimentos de cultura popular do período. Com interrupções e refluxos, o MEB existe até hoje, tentando fazer ressurgir seu modo de atuação original. (FÁVERO, 2006)

Em 1964, instituiu-se o Programa Nacional de Alfabetização, também através de iniciativas do Ministério da Educação. O programa era destinado à parcela iletrada da população brasileira e utilizava o método de Paulo Freire, partindo da realidade do povo e de seu cotidiano, atribuindo significado real e consistente ao que estava sendo ensinado, facilitando assim, o processo de ensino-aprendizagem. (FÁVERO, 2006)

Em 1968, o governo implantou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o objetivo principal de alfabetizar, mas também propiciar condições de aquisição das técnicas de leitura e escrita, além da aprendizagem de cálculos matemáticos para os adultos acima da idade escolar tida como “normal”. O Movimento teve fim em 1985, devido à falta de recursos, em função do período de recessão da década de 1980. (PAIVA, 2003)

A partir de 1988, com a promulgação da nova redação da Constituição Brasileira, foi marcado outro passo importante para a educação de jovens e adultos, pois em seu artigo de nº 208, inciso I, o documento garante, dentre os deveres do Estado a: “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.” (BRASIL, 1988)

Através dessa Legislação Federal, ao apontar a obrigatoriedade de garantia do acesso a todos, inclusive aos que não puderam fazê-lo em idade própria, o Estado compromete-se de forma mais direta com a oferta de educação para o público de jovens e adultos e propicia que outros avanços continuem ocorrendo.

Alguns anos depois, de acordo com o que explica Soares (2002, p.12), com a nova redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) aprovada em 1996, o Poder Público volta a reafirmar o direito de acesso à educação para os jovens e adultos, quando menciona em seu artigo de nº 37, inciso I, que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996).

Logo, em virtude das afirmações legais ratificadas através da LDB de 1996, que passa a reconhecer a EJA como uma modalidade de educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, a Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) regulamentou no ano 2000, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, através do Parecer de nº 11/2000, dando seguimento, dessa forma, a outro passo importante no atendimento dessas políticas educacionais. (BRASIL, 2000)

Com isso, entendemos que ao longo da história, a educação de jovens e adultos passou por diversos momentos cruciais e vem sendo trabalhada e remodelada ao passar dos anos, como foi possível verificarmos através dessa seção.

Da Educação Profissional e Tecnológica ao EJA – Campus Pelotas do IFSul

Por meio do histórico traçado na seção anterior, visualizamos como vem se dando a trajetória da EJA no Brasil, para, a partir daí, delinear o percurso que vem sendo percorrido no Campus Pelotas do IFSul. Pudemos verificar o caminho, desde sua criação até os dias atuais, no que tange ao ensino técnico e à implementação das políticas de atendimento aos jovens e adultos, através do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade EJA (PROEJA).

Como mencionamos anteriormente, a década de 1930 trouxe diversas mudanças ao cenário educacional brasileiro: “Foi um período de grande expansão do ensino industrial, impulsionada por uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes.” (SETEC/MEC. 2011, p. 4)

Nessa época ocorreu um grande avanço nacional do Ensino técnico, que havia sido criado e regulamentado pelo Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, pelo então Presidente Nilo Peçanha. As escolas receberam o nome de Escolas de Aprendizes Artífices e eram destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito, sendo mais tarde, em 1937, transformadas em Liceus Profissionais.

Como a cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande sul, já contava com uma Escola para essa modalidade, Instituto Technico-Profissional (ITP), o Estado não recebeu nenhuma Escola de Aprendizes e Artífices, entretanto, no interior, as discussões e mobilizações em prol da oferta de ensino técnico eram tema constante de debates.

No ano de 1917, a cidade de Pelotas/RS recebeu a Escola de Artes e Offícios, que foi considerada na época um “aparelho de regeneração social” (MEIRELES, 2007, p. 23), uma vez que se destinava mais especificamente a capacitar a classe do operariado. Após o término de sua construção a escola foi entregue ao Poder Municipal, no ano de 1930, passando a chamar-se então Escola Technico-Profissional.

Em 1942, tornou-se parte da antiga Rede Federal de Ensino Industrial, e a partir daí, passou a ser totalmente custeada pela União. Teve sua nomenclatura modificada várias vezes ao longo dos anos: Escola Técnica de Pelotas (ETP), Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPEL), Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e, por fim, Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul).

O IFSul, integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, foi criado mediante Lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008. Tem como característica principal a verticalização do ensino, bem como a oferta de educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades, articulando a educação superior, básica e tecnológica.

Desde sua fundação, apesar das diferentes trocas nominais pelas quais passou, a Instituição esteve comprometida com a oferta de uma educação pública, gratuita e de qualidade, preferencialmente integrada à formação profissional. A partir do ano de 1998 passou a desenvolver projetos na área da Educação de Jovens e Adultos. O primeiro deles foi o EMA – Ensino Médio para Jovens e Adultos, cujo objetivo principal era o de atender à comunidade, possibilitando-lhe o acesso à educação básica. Foram abertas turmas de EMA para formar primeiramente os servidores da Instituição que não possuíam o Ensino Médio, e em seguida, turmas para o público externo. Cabe registrar que o EMA, por ser um projeto piloto, não contemplava nenhuma formação profissional específica.

Foi visando atender a essa demanda de formação profissional, bem como a dispositivos legais, dentre eles o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que surgiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

O primeiro curso implantado foi o Curso Técnico em Montagem e Manutenção de Computadores, no ano de 2007. A seguir, implantou-se o Curso Técnico em Execução, Conservação e Restauro de Edificações. Ambos foram criados no sentido de atender a comunidade, oferecendo uma formação integrada, isto é, a formação de nível médio junto à formação profissional sob a proposta de capacitar o estudante, possibilitando sua inserção no mercado de trabalho, bem como emancipando-o enquanto sujeito e cidadão. (IFSUL, 2013)

Cabe salientar que para elaboração do currículo e da matriz curricular dos cursos de PROEJA do Campus Pelotas do IFSul foram realizadas reuniões entre os professores envolvidos no processo, além de pesquisas sobre quais as áreas de conhecimento técnico que deveriam ser levadas em conta, bem como o tipo de profissionais que se pretendia formar.

Pensando neste cenário, propôs-se um currículo que se dispusesse a trabalhar não apenas questões políticas e sociais, mas também que partisse da realidade desses educandos, a fim de que pudesse fazer sentido a eles. Um currículo que levasse em conta suas vivências, suas experiências de mundo e que falasse, sobretudo, uma linguagem que esses alunos pudessem compreender, assim como menciona Freire (1996, p.37):

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração às condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos "conhecimentos de

experiência feitos" com que chegam à escola. O respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola.

Portanto, a reflexão acerca do currículo da EJA nos remete a pensá-lo e discuti-lo de forma social e democrática, a fim de que os processos educativos nele envolvidos sirvam para a emancipação de sujeitos que possam assumir, de forma consciente, o seu papel na sociedade da qual fazem parte.

Sobre a pesquisa e metodologia

Durante esse estudo, refletimos sobre algumas das questões que devem permear o currículo de uma escola que se propõe a trabalhar com o público da EJA. Utilizamos como referencial teórico para essas reflexões as concepções apontadas por Lindeman (1926) que trazem alguns pressupostos-chave para a Educação de Jovens e Adultos, dentre os quais destacamos³: A aprendizagem centrada na vida, isto é, no cotidiano daquele adulto que busca o espaço escolar; suas experiências como fonte de aprendizagem e o respeito à singularidade de cada indivíduo, compreendendo e aceitando as diferenças.

Pensando nessas questões e entendendo que o currículo elaborado para a EJA deve, além de contê-las, articular-se ainda ao aspecto da formação profissional (PROEJA), pensamos em avaliar a aplicação daquilo que foi proposto a partir dos objetivos gerais elencados no projeto do Curso Técnico em Execução, Conservação e Restauro de Edificações do Campus Pelotas do IFSul (2013, p. 08):

Assegurar a jovens e adultos, excluídos do sistema formal de educação, uma oportunidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio numa área – a construção civil – reconhecida por possuir grande número de trabalhadores com baixa escolaridade;

Desenvolver um projeto pedagógico baseado numa concepção de educação capaz de colaborar na formação de um cidadão crítico, autônomo, com capacidade de ação social e de, a partir de seu trabalho, capacitado a construir sua própria emancipação.

Definido o recorte da investigação, passamos a pensar na metodologia de pesquisa que seria utilizada. Optamos pelo método qualitativo, apesar de utilizarmos também nuances quantitativas no que diz respeito aos percentuais apresentados em seção posterior.

Acerca do método qualitativo, Denzin e Lincoln (2006, p.17) esclarecem que: “é uma atividade situada que localiza o observador no mundo” e nos permite compreender as questões envolvidas no universo da pesquisa com maior profundidade. Ainda sobre o método em questão, podemos apontar que:

³ Tradução do original feita pelos autores.

Os métodos de pesquisa qualitativa são projetados para ajudar os pesquisadores a mergulhar no contexto da pesquisa e a compreender as teorias, as pessoas e os contextos sociais e culturais que envolvem a pesquisa. (DIAS; SILVA, 2010).

Para a coleta de dados, utilizamos técnicas de pesquisa como observação participante e aplicação de um questionário (misto) junto às duas turmas do curso de PROEJA, a fim de analisar questões como o sentimento e expectativa dos alunos em relação ao curso e ao ambiente escolar, e se estas questões vinham sendo atendidas ao longo do período.

Neste instrumento, os questionamentos intentavam que o aluno refletisse sobre o que foi inicialmente proposto a eles através dos objetivos gerais traçados no Projeto do Curso Técnico em Execução, Conservação e Restauro, e se, de fato, estavam sendo levadas em consideração.

A aplicação do instrumento da pesquisa se deu em datas e horários agendados junto à Coordenação do Curso, e com o devido consentimento dos professores e alunos. Participaram da pesquisa alunos de duas turmas (A e B) do curso ofertado no IFSul, num total de 26 alunos, sendo 12 da turma A e 14 da B. A amostra utilizada correspondeu à totalidade dos alunos matriculados e frequentes.

Os sujeitos da investigação fizeram suas contribuições respondendo a seis questionamentos: *1-Como você se sente na Escola?; 2-Como você descreve sua relação com os professores?; 3-Quando você tomou conhecimento desse curso, quis matricular-se por quê?; 4-Você sente que o curso tem atendido às suas expectativas? Por quê?; 5-O que você acredita que essa formação pode lhe proporcionar?; 6-Deixe-nos aqui suas sugestões de melhoria.*

Os dois primeiros questionamentos, tipo fechado, continham opções de resposta em que o aluno deveria assinalar apenas uma delas. No que diz respeito à primeira pergunta as opções de resposta eram: *Me sinto bem, faço parte desse campus; Me sinto bem, mas não me sinto integrado; Não me sinto à vontade, aqui não é pra mim; Nenhuma das alternativas acima. Como você se sente então?*

Já em relação ao segundo questionamento, as opções de resposta eram: *É boa. Tenho abertura e me sinto à vontade para partilhar questões e dilemas pessoais, se preciso for; É boa, contudo, não me sinto muito à vontade; Não é nem boa, nem ruim. Mas, gostaria de receber mais atenção; Tenho uma péssima relação; Nenhuma das alternativas acima. Descreva então.*

De posse dos dados coletados no instrumento aplicado, através das questões de número 1 e 2, foi possível constatar, em linhas gerais, como vem se dando a relação destes alunos com a escola e com os professores.

Destacamos que para esta investigação, o conceito de “sentir-se bem” no espaço escolar, denotou questões como o sentimento de pertença, de fazer parte de determinado grupo e sentir-se aceito nesse espaço. Quanto à questão do relacionamento com os professores, denotou a capacidade de interação social e a relação de confiança entre aluno/professor.

Ressaltamos que, exceto os dois primeiros questionamentos, os demais foram perguntas abertas com o intuito de entender, de fato, o olhar do aluno acerca de suas expectativas durante e após o curso.

Resultados obtidos e análise inicial

Com base nos dados que coletamos a partir dos questionamentos já expostos, chamamos a atenção para o fato de que os resultados apresentados a seguir mapeiam um primeiro olhar dos dados coletados e não esgotam todas as possibilidades de análise. Estão sujeitos a ajustes, (re)análises, bem como, introdução de novas variáveis. Em uma primeira instância, faremos um apanhado quantitativo para posteriormente, de posse deste, analisarmos qualitativamente.

Quando questionados sobre seus sentimentos em relação à Escola, 84% dos alunos entrevistados afirmaram sentirem-se “bem”, isto é, integrados e parte da comunidade acadêmica. Um percentual de 16% disse sentir-se bem, mas declara não se sentir integrado à comunidade acadêmica.

Quando questionados sobre sua relação com os professores, a grande maioria, 94%, declara ter uma boa relação, sentir-se à vontade inclusive para partilhar questões e/ou dilemas pessoais. O restante, ou seja, o percentual de aproximadamente 6% declara ter uma boa relação, entretanto, não se sentem à vontade para pedir qualquer tipo de ajuda ou estabelecer relações mais próximas.

No tocante à questão das expectativas, isto é, se o curso vem atendendo ao que era esperado pelos alunos, 53% dos entrevistados alegam que estão parcialmente satisfeitos, uma vez que sentem a necessidade de aprofundarem mais as práticas de restauro através de aulas não teóricas. Acrescenta-se aos parcialmente satisfeitos um percentual de 10% insatisfeitos, o que resulta que 63% dos alunos, embora tenham uma boa relação com a escola e com os

professores, não estão plenamente satisfeitos com o curso que estão fazendo. Apenas 37% declaram estar inteiramente satisfeitos.

Este dado, 63%, é preocupante quando atrelado a um universo pequeno de alunos, 26. Isto representa 17 alunos que, embora estejam integrados com o ambiente escolar, podem ser fortes candidatos à evasão. Sobre essa questão, podemos fazer uma correlação com os conceitos apresentados por Charlot (2005) no que diz respeito à relação que cada aluno constrói com o saber, pois segundo ele, é essa relação que determinará o fracasso ou o sucesso escolar. Não basta apenas estar integrado a escola e aos professores, mas é preciso que o aluno construa uma relação com o saber que possibilite sua permanência e o êxito acadêmico.

Sobre a questão (aberta) do que almejam alcançar através da formação, os alunos mencionaram aspectos como “ascensão profissional e pessoal”, bem como “qualificação na área de atuação”, uma vez que muitos já trabalhavam em canteiros de obras antes do curso. Neste ponto, uma vez mais trazemos reflexões de Charlot (2005), quando, em sua pesquisa, aponta que um percentual de aproximadamente 80% dos alunos frequenta a escola para mais tarde ter um bom emprego, e a possibilidade de uma vida normal:

É uma questão de realismo [...] para se ter um bom emprego, se deve ter um diploma e, para se ter um diploma, se deve passar de uma série para outra. Deve-se ter diploma para ter emprego, deve-se ter emprego para ter dinheiro, e deve-se ter dinheiro para ter uma vida normal. (CHARLOT, 2005, p.67).

A respeito do item “sugestões”, os alunos recomendaram a continuidade dos cursos de PROEJA na Instituição, contudo, com o aumento da carga horária prática no que tange a parte técnica, bem como a diminuição da rotatividade de professores devido aos afastamentos docentes para qualificação, o que ocasiona grande número de contratação de professores substitutos que, segundo os alunos pesquisados, prejudica o processo de ensino-aprendizagem.

Para a formação profissional há necessidade de que o estudante obtenha expertise na área de atuação. Não visualizamos possibilidade de obter êxito nas atividades laborais, quando lhe é obstruída, de alguma forma, a formação prática. Cabe destacar que não se trata de uma formação pragmática, porém permeada pela teoria e prática.

A própria LDB, em seu artigo 36, nos remete como uma das finalidades do ensino: “a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.” (BRASIL, 1996) e, por isso entendemos como mister que o ensino teórico esteja atrelado a prática, para que a formação deste profissional seja consolidada satisfatoriamente.

Sugeriram ainda, uma maior utilização dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) durante as aulas, o que propiciaria uma aprendizagem mais consolidada e efetiva.

Conclusão

Levamos em consideração para o desfecho da análise o histórico da educação de jovens e adultos no Brasil e o percurso da educação profissional e tecnológica em Pelotas, bem como todos os dados advindos da pesquisa.

Ao final desta primeira observação dos dados coletados, através do instrumento de pesquisa aplicado, somado às informações relevantes sobre o assunto, chegamos a conclusão de que a proposta inicial foi mantida, porém, da forma como vem se constituindo precisa ser (re)construída e (re)avaliada.

Foi possível perceber que apesar das constantes trocas nominais que a instituição (atualmente denominada Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSul) sofreu, e ainda com as distintas reestruturações curriculares que se sucederam ao longo do caminho, a oferta da educação de jovens e adultos pelo campus Pelotas seguiu permitindo que os alunos aprendessem conteúdos referentes a cada nível de aprendizagem.

Porém, quando observamos que eles apontam as questões de prática como necessidade, e as aulas teóricas como demasiadas, percebemos, além da necessidade de uma (re)organização curricular, uma caracterização mais específica do perfil do egresso, para que o docente possa planejar-se com vistas aos anseios deste adulto que retorna a escola, buscando além de uma formação acadêmica, uma formação profissional.

Apontamos ainda, a fragilidade de um curso de formação profissional em que as aulas práticas estão longe do cotidiano do aluno. A falta de uma prática mais próxima desta formação pode vir a fragilizar estes profissionais no mercado de trabalho. Contudo, verificamos que a implantação do PROEJA demonstra um alto comprometimento das instituições públicas com a educação, permitindo e assegurando a muitos cidadãos o direito de retornarem aos bancos escolares e que o IFSul, enquanto instituição de ensino pública, cumprindo seu papel como tal, tem oportunizado esse acesso a muitos.

Concluímos, ao final deste trabalho, que ainda há muitas questões a serem aprimoradas e que esta pesquisa poderá servir de arcabouço para repensar o Curso e seus objetivos e até mesmo, discutir novas propostas curriculares, tendo como base os percentuais de satisfação e insatisfação apresentados.

Ainda, com base nos dados coletados, inferimos que, apesar dos percalços encontrados ao longo da trajetória do PROEJA no IFSul, Campus Pelotas, a Instituição vem desenvolvendo um importante trabalho, mesmo com a necessidade de (re)posicionamentos no âmbito da profissionalização do estudante, dentro do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, ofertando formação acadêmica e profissional a muitos Jovens e Adultos que almejavam esse retorno aos bancos escolares.

REFERÊNCIAS:

BEISIEGEL, Celso de Rui. Política e educação popular. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1989.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Revogado. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 29 mar. 2016.

BRASIL. Constituição, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em 18 mar. 2016.

BRASIL, Lei nº 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 08 abr. 2016.

BRASIL. Constituição, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 18 mar. 2016.

BRASIL, Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 08 abr. 2016.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer CNE/CEB 11/2000. Disponível em: <http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/68/pdf>. Acesso em 15 mar. 2016.

BRASIL. Decreto nº 5.224, de 01 outubro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5224.htm. Acesso em 29 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.ppd. Acesso em 29 mar. 2016.

CHARLOT, Bernard. Relação com o saber, formação de professores e globalização: questões para a educação hoje. Porto Alegre: ArtMed, 2005.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, D.; SILVA, M.F. Como escrever uma monografia: manual de elaboração com exemplos e exercícios. São Paulo: Atlas, 2010.

FAVERO, Osmar. Uma perspectiva da participação popular: análise da prática educativa do MEB – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (1961/1966). Campinas: Autores Associados, 2006.

FREIRE, Ana Maria Araújo; NOGUEIRA, Adriano. Que fazer: Teoria e prática em educação popular. 8. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GASPAR, Lúcia. Movimento de Cultura Popular. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=723. Acesso em 18 mar. 2016.

HENN, Leonardo Guedes; NUNES, Pâmela Pozzer Centeno. A educação escolar durante o período do Estado Novo. Revista Latino-Americana de História Vol. 2, nº. 6 – agosto de 2013 – Edição Especial. Disponível em: <http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/254/207>. Acesso em 08 abr. 2016.

IFSUL, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Diretoria de Ensino. Projeto do Curso Técnico em Execução, Conservação e Restauro de Edificações. Pelotas, 2013.

LINDEMAN, Eduard C. The meaning of adult education. Northeastern University, Snell Library: New York, 1926. Disponível em: <https://archive.org/details/meaningofadulthood00lind>. Acesso em 11 de abr. 2016.

MEIRELES, Ceres Mari da Silva. Das artes e ofícios à educação tecnológica: 90 anos de história. Pelotas: UFPEL, 2007.

PAIVA, Vanilda. História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

UNESCO. Relatório Educação para Todos 2000-2015. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>. Acesso em 29 mar. 2016.